PARTIDO SOCIALISTA PARLAMENTO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

| | |
|---|---|
| Expeça - se | |
| Publique - se | |
| 2021-03-03 | |
| O Secretário da Mesa | |
| Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) | Digitally signed by Sofia Araújo (Assinatura Qualificada) Date: 2021.03.03 18:33:11 +00:00 Reason: Location: |

☐ **REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1491 / XIV ( 2 .ª)

Assunto: Descargas de águas residuais sem tratamento na freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita

Destinatário: Ministro do Ambiente e Ação Climática

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Rio Tejo foi o embrião da vila de Alhos Vedros, que chegou a ser sede de concelho. O seu território chegou a abranger os atuais concelhos do Barreiro e da Moita, entendendo-se desde a ribeira de Coina a Sarilhos Pequenos. A importância que esta vila registou justifica o facto de nela se concentrarem alguns dos mais importantes elementos patrimoniais do concelho da Moita, como a Igreja Matriz de S. Lourenço, a Igreja da Misericórdia, o Pelourinho, o Moinho de Maré e o Palacete do Morgado da Casa da Cova. Todos estes monumentos estão integrados no núcleo mais antigo da vila, junto ao rio.

A partir dos anos 40 do século XX Alhos Vedros cresce e começam a ser construídos vários bairros de operários, vindos de todo o país, fazendo hoje deste território uma zona de habitantes que trabalham maioritariamente no sector secundário, o que não tem impedido que esta freguesia mantenha a sua ligação estreita ao rio Tejo.

Contudo, os Deputados do Partido Socialista têm sido alertados para situações de esgoto a céu aberto em várias zonas da freguesia de Alhos Vedros, no concelho da Moita, com potenciais descargas ilegais que correm para o rio e que têm consequências visíveis na qualidade da água e na vida das populações, não permitindo, por exemplo, a prática de desportos náuticos.

Os relatos que chegaram ao Grupo Parlamentar do PS dão conta de cheiro intenso a esgoto e presença de lamas na zona da Vala Real, junto ao Largo Descarregador e em Brejos Faria, onde há a possibilidade de existir escoamento indevido de águas de drenagem doméstica.

Os moradores queixam-se de que estas águas correm para o estuário do Tejo sem passar por qualquer ETAR ou estação de tratamento, prejudicando de grande forma a sua qualidade de vida e o meio ambiente.

**Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:**

1. **Tem o Ministro do Ambiente e da Ação Climática conhecimento de escoamento indevido de águas de drenagem doméstica, sem tratamento, na freguesia de Alhos Vedros, no concelho da Moita?**
2. **Em caso afirmativo, ou tendo existido queixas ou denúncias, quais as diligências efetuadas pelo Ministério ou pelas entidades por si tuteladas?**
3. **Verificando-se a situação que nos foi reportada, que impactos ambientais são identificados pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, ou pelas entidades por si tuteladas, e de que forma podem ser resolvidos ou mitigados?**

Palácio de São Bento, 2 de março de 2021

Deputado(a)s

FILIPE PACHECO(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS(PS)

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

SOFIA ARAÚJO(PS)

FERNANDO JOSÉ(PS)

CLARISSE CAMPOS(PS)

IVAN GONÇALVES(PS)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.